



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

LICITAÇÕES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

ASSUNTO: Contratação de Atração Musical

PARECER JURÍDICO

EMENTA – Contratação de Atração artística. Possibilidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação. Requisitos Expressos em Lei. Inteligência: Lei nº 14.133/2021, Art. 74, inc. II.

Versam os presentes autos acerca de contratação de atração musical, qual seja, “MILLANE HORA”, através da empresa que o representa MILLANE FABRICIA DA HORA FIGUEIREDO FORTES (CNPJ nº 27.115.993/0001-01), para realização de show durante o PAVILHÃO DA FESTA DE SANTO ANTONIO, no dia 12 de junho de 2024, no Município de Tenente Laurentino Cruz/RN.

Como é cediço, a inexigibilidade nos casos de contratação de profissional de qualquer setor artístico caracteriza-se pela inviabilidade do procedimento de competição, ante a impossibilidade de se realizar uma escolha minimamente objetiva do serviço almejado, bem como o fato de ser pouco provável que um artista, consagrado ou não pela opinião pública, submeta-se a um certame para sua contratação.

Dito isto, passamos a análise do presente caso, ao qual cuida sobre a possibilidade de celebração de contratação da mencionada atração musical, **diretamente**, para apresentação que ocorrerá durante as atividades a comemoração a Festa de Co-Padroeiro (Santo Antônio) do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN, conforme demanda da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

Consta nos autos certidões de regularidade fiscal e trabalhista do propenso contratado, acompanhado de notas fiscais de show realizados, demonstrando assim a média de preço que seus contratos rotineiramente são celebrados.

E o breve relatório.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

LICITAÇÕES

Pois bem, como se sabe a licitação é um procedimento administrativo onde a Administração no interesse de contratar serviços ou adquirir produtos de terceiros, seleciona a proposta mais vantajosa por meio de competição entre interessados, utilizando para tanto critérios objetivos de forma isonômica.

O jurista Hely Lopes de Meireles em seu livro Direito Administrativo Brasileiro expõe:

“Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de reincidência e moralidade nos negócios administrativos.” (MEIRELES, 2006, p.272).

Todavia, a própria Nova Lei de Licitações e Contratos, em seu art. 74, e incisos, indica a possibilidade de contratação diante da inviabilidade de competição, o que nos condiciona a uma contratação que pode ser feita de forma direta, avaliando-se não somente o preço ofertado, mas também critérios que demandam certa subjetividade, como afirma Celso Antônio Bandeira de Mello:

“Cumpra reconhecer, entretanto, que objetividade absoluta só se pode garantir previamente nos certames decididos unicamente pelo preço. Quando entram em causa qualidade, técnica, rendimento – muitas vezes indispensáveis para a aferição das propostas - nem sempre será possível atingi-se o ideal da objetividade extrema, pois, quando os bens ou serviços são fortemente aparentados nestes atributos, a primazia de um ou de outro depende de apreciações irredutíveis a um plano excludente de opiniões pessoais” (2001, p.479).

Inexigibilidade seria, portanto, aquilo que se deixa de ser exigível, não sendo obrigatório, um procedimento demonstrado através da singularidade do objeto, como expõe JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR que **“licitação inexigível equivale a licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição”**. (grifamos e destacamos)

Como afirma CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO, *“Só se licitam bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais.”*



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

LICITAÇÕES

Ainda dentro desse contexto, Rigolin nos traz outras peculiaridades:

“... Se consagrado pela crítica ou pela opinião pública, pode ser diretamente contratado. Um cantor de renome nacional ou internacional pode sempre ser contratado diretamente, quer pela União, quer pelo Estado, que pelo Município; um conjunto musical de renome maior em seu Estado que em outros pode ser contratado, sem dúvida, pelo Estado e pelos Municípios desse Estado. Um engolidor de espadas, um domador de tigres, um ágil repentista, um executante de árias de ciganas de Sarasate em tuba, merecidamente consagrado em seu Município, pode nele se contratado diretamente. (RIGOLIN, 2006, p. 340) (grifamos e destacamos)”

Opinião compartilhada por Hely Lopes Meirelles que nos apresenta o seguinte comentário:

“Em todos esses casos a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem desejado pelo Poder Público, ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne à realização do objeto do contrato” (2006, p.284). (grifamos e destacamos)”

No caso aqui delineado e fundamentado voltamos nossas considerações para os profissionais do setor artístico, em destaque a contratação de bandas musicais, dada a ausência comparativa.

Segundo afirma Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, “artista, nos termos da lei, é o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública”.

Dada à potencialidade criativa ou características intrínsecas do trabalho, não há como estabelecer pontos mensuradores para estabelecer uma competição que seja julgada através de critérios objetivos, o que não afasta a possibilidade de haver uma contratação com observância da seleção da proposta mais vantajosa, dentre outros princípios a ela atrelados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

LICITAÇÕES

Mesmo cabendo certa discricionariedade na escolha do executante, nos cercamos de informações que demonstrem a consagração dos artistas, bem como o mínimo exigido para uma contratação segura e a razoabilidade de um preço justo, conforme conclui Marçal Justen Filho que a ausência de licitação não equivale a contratação informal, realizada com quem a Administração bem entender, sem cautelas nem documentação.

No caso em comento, resta comprovada a razoabilidade do valor proposto, observando-se os valores praticados no mercado, estando os autos devidamente instruídos com a documentação necessária para tal conclusão.

Demonstra-se através dos documentos que compõem o presente processo, que a contratação por parte do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN está se dando pela quantia de **RS 60.000,00 (sessenta mil reais)** e há comprovação de que a mesma atração artística celebrou outros contratos em valores compatíveis.

Portanto, é possível concluir que dentro das características e performances desejadas, sem qualquer escolha arbitrária, a inexigibilidade é o meio mais adequado para a contratação da atração ora citada, tendo em vista a inviabilidade de competição, dentro de critérios objetivos, entre as bandas musicais e ou artistas específicos, estes consagrados pela crítica especializada e ainda assim obtendo um preço justo a ser desembolsado pela Administração, no âmbito regional.

Diante da realidade, a própria Lei de Licitação se preocupou prevendo a contratação de artistas sem realização de certame licitatório, já que a contratação leva em conta a qualidade intelectual do prestador e, não o preço em si.

Ademais, os ilustres juristas BENEDICTO DE TOLOSA FILHO e LUCIANO MASSAO SAITO, em sua obra denominada “Manual de Licitações e Contratos Administrativos”, ensina que:

*“A hipótese de inexigibilidade para contratação de artista é a mais pacífica, desde que o escolhido, independentemente de estilo que, diga-se de passagem, é muito subjetivo, seja consagrado pelos críticos especializados e pelo gosto popular. **O artista tem que ser conhecido, mas não precisa, necessariamente ser***



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

LICITAÇÕES

excepcional. Com a grande extensão territorial e o regionalismo de cultura existente no Brasil, com o afloramento regionalizado de tradições e de folclore, o conceito de consagração popular deve ser tomado de forma particularizada, isto é, um artista muito popular no norte pode não ser conhecido no sul, sendo, assim, na sua região a licitação é inexigível”. (***grifamos e destacamos***)

Nesse sentido, a presente contratação encontra arrimo no art. 74, inciso II da Nova lei de licitação e contratos, vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I – (...)

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Pelo exposto, estando devidamente evidenciados e comprovados os requisitos básicos da inexigibilidade de licitação, opina-se favoravelmente à contratação da atração artística “MILLANE HORA”, para realização de show por ocasião da comemoração PAVILHÃO DA FESTA DE SANTO ANTONIO, no dia 12 de junho de 2024, nos termos do art. 74, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 09 de maio de 2024.

CAIO BEZERRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ 14.242.005/0001-35
Caroline Araújo Florêncio de Lima
OAB/RN 15.634